

CPI deve propor mudanças na remessa de dinheiro para o exterior

Senador Jader Barbalho, autor do requerimento de investigação do sistema financeiro, espera que o governo passe a ter maior controle sobre as contas CC-5, ao menos para saber a origem dos recursos

CPI DO JUDICIÁRIO

Cópia da lista das contas CC-5 pode ajudar na investigação

“Uma comissão pode ajudar a outra.” A sugestão é do senador Ramez Tebet, presidente da CPI do Judiciário, que pensa em pedir à CPI do Sistema Financeiro uma cópia da lista das contas CC-5.

O objetivo de Tebet é apurar se suspeitos de envolvimento em irregularidades usaram essas contas para fazer remessas de dinheiro de origem duvidosa ao

exterior. A decisão caberá ao plenário da comissão.

Hoje, a partir das 17h, a CPI do Judiciário ouve o ex-auditor do Banco Central Antônio José Heitor sobre um relatório que indicaria fraude na administração do Consórcio Itapemirim, resultando na dilapidação do patrimônio do herdeiro da empresa, o menor Luiz Gustavo Nominatto.

PÁGINA 5

Jader espera que trabalho da CPI resulte em proposta para melhorar o controle sobre as remessas de dinheiro



“Como é que apenas uma empresa de *factoring* remete R\$ 1 bilhão para o exterior e ninguém pergunta nada, nem a origem do dinheiro?”, indagou ontem, em entrevista, o senador Jader Barbalho, líder do PMDB no Senado e autor do requerimento de criação da CPI do Sistema Financeiro. Para ele, não é o caso de acabar com as contas CC-5, que permitem remessas desse tipo, mas a comissão deve propor mudança de critérios, reforçando a atenção do Banco Central às operações de maior valor.

No plenário, o senador Pedro Simon lamentou o mandado de segurança preventivo concedido pelo Supremo Tribunal Federal contra ordem de busca e apreensão expedida pela CPI.

PÁGINAS 4 E 5



CPI colhe hoje mais informações sobre o caso do menor cujo patrimônio teria sido dilapidado quando estava sob administração judicial

Plenário discute hoje demissão de servidores por excesso de despesa

Projeto de lei da Câmara que define normas para a demissão de servidores públicos por excesso de despesa será discutido hoje, em turno único, pelo plenário do Senado. De acordo com a proposta, que regulamenta a reforma administrativa, a dispensa deve ser impessoal, considerando os critérios de menor tempo de serviço público, maior remuneração e menor idade.

PÁGINA 3

Seminário busca ampliar debate sobre biotecnologia

Pesquisadores, autoridades e empresários discutem a partir de hoje, no Seminário sobre Clonagem e Transgênicos, os impactos dos recentes avanços em biotecnologia. Promovido pelo Senado Federal, o evento faz parte, segundo seu coordenador, senador Leomar Quintanilha, da proposta de um amplo debate nacional sobre o assunto.

PÁGINA 7



Mozarildo defende mais recursos para municípios

Senador constata que, nos últimos anos, despesas das cidades cresceram muito, pressionadas pelas carências da população

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu ontem uma reforma tributária e um pacto federativo que destinem mais recursos aos municípios. "Os cofres municipais acham-se lamentavelmente insuficientes frente às necessidades que devem atender", avaliou o senador. Segundo Mozarildo, hoje, na média dos municí-



Mozarildo quer uma reforma tributária que favoreça municípios

pios brasileiros, as receitas dependem em cerca de 2/3 de transferências da União e dos estados, ficando 1/3 por conta da arrecadação própria.

Mozarildo disse que, nos últimos anos, as despesas dos municípios cresceram muito, pressionadas pelas carências da população, o que leva as prefeituras a assumir responsabilidades cada

vez maiores na prestação de serviços de educação, saúde, transporte coletivo, além de investimento em saneamento básico e habitação.

— Como seria de esperar, a região Norte é das mais desfavorecidas. Todas as estatísticas, no entanto, não conseguem revelar o mais importante: a disparidade, o abismo existente entre as receitas e os desafios que os municípios enfrentam. Abismo que torna urgente, urgentíssimo mesmo, repensar a estrutura tributária do Brasil — afirmou.

Marina Silva cobra providências sobre assassinato de menor em Brasília

Ao se manifestar estarecida com o depoimento da mãe de um menor infrator que acabou sendo assassinado nas dependências do Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje), em Brasília, a senadora Marina Silva (PT-AC) cobrou das autoridades do Distrito Federal as devidas investigações sobre o que ocorreu, de modo a punir os culpados. Ela também dis-

se que "verá o que é possível fazer", junto ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, relativamente à violência cometida por menores infratores.

O registro, observou a senadora, não cumpre qualquer intenção de atingir o atual governador, Joaquim Roriz, cujo antecessor, Cristovam Buarque, também enfrentou problemas semelhantes no Caje.

Marina esclareceu que, como mãe de quatro filhos, ficou "doída" com o depoimento da mãe do jovem assassinado. Pouco antes de morrer, este telefonou à mãe em busca de socorro. O relato também lembrou à senadora a "experiência dolorosa" de ter acompanhado Chico Mendes e seu temor de que as ameaças de morte a ele dirigidas fossem concretizadas, como acabaram sendo.

Osmar lamenta morte de jornalista

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) registrou ontem o falecimento do jornalista Leones Rocha, que assinava ultimamente uma coluna no jornal *Gazeta do Povo*, no Paraná. "Foi um dos jornalistas mais sérios e competentes que conheci", afirmou o parlamentar.

Na opinião de Osmar Dias, essa morte deixa um prejuízo muito grande para os leitores do Paraná, principalmente no que diz respeito a informações e análises do cenário político nacional.

Francelino presta homenagem a Jatene

A aposentadoria do cirurgião e ex-ministro da Saúde Adib Jatene motivou discurso do senador Francelino Pereira (PFL-MG), que ressaltou as qualidades de homem público do ex-diretor do Instituto do Coração (Incor). "O que também despertou e desperta a admiração em Adib Jatene é a sua sensibilidade social, a sua revolta, a sua inconformidade e a sua irada e justa reação a todas as mazelas que atingem a nossa sociedade, em especial aos baixos níveis qualitativos dos serviços de saúde pública", disse Francelino.

Conforme o senador, Jatene pôs sua força a serviço de soluções que pelo menos diminuíssem os graves problemas da saúde no Brasil. E enfrentou resistências e incompreensões em sua cruzada pelo aumento dos recursos para o setor. A maior vitória nesse campo foi a criação de uma fonte específica de financiamento para a saúde pública.

Francelino lembrou ainda que Jatene investiu corajosamente contra os desmandos e as irregularidades que dominavam as relações entre o poder público e os prestadores de serviços de saúde.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa; *Parecer 301/99, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Jorge Tadeo Flaquer Scartezinni para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Cid Flaquer Scartezinni; *Parecer nº 302/99, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Eliana Calmon Alves para exercer o cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Adhemar Ferreira Maciel; *Parecer nº 303/99, submete à deliberação do Senado o nome de Francisco Cândido de Melo Falcão Neto para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Anselmo de Figueiredo Santiago; *Parecer nº 304/99, submete à deliberação do Senado o nome de Paulo Benjamin Fragoço Gallotti para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Romildo Bueno de Souza; e *Parecer nº 317/99, submete à deliberação do Senado o nome de Márcio Felsky para membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça.

COMISSÕES

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *Ofício "S" nº 16/99, acerca da operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito entre a União e o estado do Piauí, com a intervenção do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária; *Ofício "S" nº 20/99, encaminha ao Senado Parecer Dedip/Diare - 99/132, de 1999, contendo manifestação do Bacen acerca de pedido da prefeitura municipal de Itajubá (MG) para contratar operação de crédito no âmbito do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios (Somma), administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A (BDMG), no valor de R\$ 1,8 milhão, destinada a obras de infra-estrutura urbana; *PR nº 58/99, que altera a redação do inciso IV do parágrafo 1º do art. 2º da Resolução nº 78/98; *Mensagem nº 96/99, que propõe ao Senado seja autorizado o reescalonamento de créditos brasileiros, oriundos de operações de financiamento do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), no montante de US\$ 11,3 milhões, junto à República da Guiné; *PLC nº 51/98, que institui a Política Nacional de Turismo, mediante o estabelecimento de normas destinadas a promover e a incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social; *PLC nº 31/96, que dispõe sobre o jogo de bingo; *PLS nº 240/99, que estabelece prazo de dois anos para que as fábricas de alimentos adotem a tecnologia de costura eletrônica no acondicionamento de enlatados e determina a impressão, no rótulo ou na parte externa da embalagem, do número do lote, data de fabricação e validade do alimento acondicionado; *PLC nº 58/98, que altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934/94, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; *PLS nº 125/99, que introduz modificações nas carrocerias dos ônibus urbanos; *PLC nº 25/93, que dispõe sobre o acréscimo de inciso VII do art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho; *PLC nº 9/95, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, referente à remuneração de períodos incompletos de férias; e *PR nº 40/99, que altera a redação dos arts. 1º e 2º da Resolução do Senado Federal nº 73/98. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

▶ 17h - CPI do Judiciário

Oitivas: Antônio José Heitor, ex-auditor do Banco Central. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

▶ 17h30 - Comissão de Educação

Audiência Pública
Convidado: Paulo Renato Souza, ministro da Educação
Tema: Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef) e Política Governamental para Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos
Convidado: Emilio Marques, diretor do Fundescola (Fundo de Fortalecimento das Escolas)
Tema: Levantamento do Governo no Tópicos à Distribuição das Escolas nas regiões Norte e Centro-Oeste. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *PDLs nºs 5/98, que aprova o texto do Tratado de Extradicação celebrado entre Brasil e Coreia, em Brasília, em 1º de setembro de 1995, ressalvada a alínea "b" do item 6 de seu art. 2; *26/99, que aprova o texto do acordo de Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado entre o Brasil e a Colômbia, em Cartagena de Índias, em 7/11/97; *27/99, que aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a Cooperação na pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para fins pacíficos, celebrado entre Brasil e França, em Paris, em 27/11/97; *41/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Ilegal de Precusores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre Brasil e Colômbia, em Cartagena de Índias, 7/11/97; *37/99, que aprova o texto do Acordo sobre a Operação, no Brasil, do Escritório Regional do Habitat para a América e o Caribe, celebrado entre o Brasil e o Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat), em Brasília, em 10/3/98; *33/99, que aprova o texto da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos, concluída em Washington, em 14/11/97; *34/99, que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Emprego por parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Brasil e o governo da República Tcheca, em Praga, em 13/6/97; *31/99, que aprova o texto do Acordo sobre o Estabelecimento do Instituto Internacional de Vacinas, concluído em Nova York, em 28/10/96; *46/99, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos celebrado entre o Brasil e o governo de Cuba, em Havana, em 27/5/98; *32/99, que aprova o texto da Resolução nº A12-5, com as Emendas ao Estatuto da Clac, aprovadas pela XII Assembleia Ordinária, realizada na cidade do Panamá, concluída em 8/11/96; *40/99, que aprova o texto do Acordo de Comércio e Cooperação Econômica, celebrado entre o Brasil e o governo da Eslovênia, em Liubliana, em 16/6/97; *28/99, que aprova os textos do Protocolo II, emendado em 3/5/96, referente a minas, armadilhas e outro artefatos, do Protocolo Adicional IV, relativo a armas cegantes a laser e da convenção sobre proibições ou restrições ao emprego de certas armas convencionais que podem ser consideradas como excessivamente lesivas ou geradoras de efeitos indiscriminados, conhecida como convenção sobre certas armas convencionais; e *45/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado entre Brasil e Estados Unidos da América, em Brasília, em 14/10/97.

ESPECIAL

▶ Seminário: "Clonagem e Transgênicos: Impactos e Perspectivas"

Horário: 9h às 18h
Período: 8, 9 e 10 de junho
Local: *Auditoria Patrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário discute critérios para demissão de servidores

Dispensa por excesso de despesa deverá levar em conta menor tempo de serviço, maior remuneração e menor idade, segundo projeto a ser apreciado hoje, que conta com parecer favorável do senador Francelino Pereira

O plenário do Senado discute hoje, em turno único, projeto de lei da Câmara que define critérios para a demissão de servidores públicos por excesso de despesa. O parecer do relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi pela rejeição de todas as emendas apresentadas em plenário.

De acordo com o projeto, que regulamenta a reforma administrativa, a dispensa de servidores deve ser impessoal, atendendo aos critérios de menor tempo de serviço público, maior remuneração e menor idade, podendo, para efeito de desempate, ser considerado o menor número de dependentes.

Também nessa sessão deliberativa, os senadores vão decidir sobre as escolhas de Jorge Tadeo Flaquer Scartezini, Eliana Calmon Alves,



Francelino Pereira rejeitou todas as emendas apresentadas em plenário à proposta

Francisco Cândido de Melo Falcão Neto e Paulo Benjamin Fragoso Gallotti para exercerem cargos de ministro do Superior Tribunal de Justiça. O plenário também decidirá sobre a indicação de Mércio Felsky para

o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Amanhã, será votado em segundo turno substitutivo à proposta de emenda constitucional que retira da Constituição o limite de 12% para as taxas de juros e abre caminho para a regulamentação dos diferentes segmentos do sistema financeiro nacional, mediante leis complementares específicas.

Os senadores apreciam no mesmo dia texto de dois acordos de cooperação celebrados entre o Brasil e a Jamaica. Um deles é na área de turismo e o outro na de educação e cultura. As duas discussões se darão em turno único. Está na pauta de quinta-feira a votação de dois acordos entre o Brasil e Costa Rica, nas áreas de transporte aéreo e cooperação técnica.

CRITÉRIOS PARA DISPENSA

De acordo com o projeto, que regulamenta a reforma administrativa, a dispensa de servidores deve ser impessoal, atendendo aos seguintes critérios:

- menor tempo de serviço público
- maior remuneração
- menor idade.

Para efeito de desempate, deve ser considerado o menor número de dependentes.

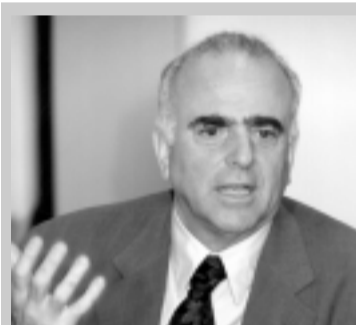
CAE aprecia dois ofícios enviados ao Senado pelo Banco Central

Em reunião hoje, a partir das 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprecia dois ofícios encaminhados ao Senado pelo Banco Central. Num deles, a autoridade monetária recomenda, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, a contratação de operação de crédito entre a União e o estado do Piauí. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), designado como relator, emitiu parecer favorável à operação.

O outro ofício do BC refere-se a pedido da prefeitura de Itajubá (MG) para realizar operação de crédito para a contratação de obras de infraestrutura no âmbito do Programa de Saneamento Ambiental, Organização

e Modernização dos Municípios, administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Seguindo recomendação do BC, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) também apresentou parecer favorável ao empréstimo.

Entre outras matérias constantes da pauta da comissão, destacam-se dois projetos de lei da Câmara: um deles institui a Política Nacional de Turismo, com parecer favorável do senador Ney Suassuna, e o outro dispõe sobre o jogo de bingo, apresentado pela CPI destinada a investigar a situação dos bingos no Brasil. Se a comissão acompanhar o parecer contido no relatório do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), a matéria deverá ser considerada prejudicada.



Paulo Renato afirma que o fundo foi responsável pelo aumento dos salários dos professores

CE ouve Paulo Renato sobre uso de recursos do Fundef

A Comissão de Educação, sob a presidência do senador Freitas Neto (PFL-PI), realiza hoje, às 17 horas, audiência pública com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e com o diretor do Fundescola (Fundo de Fortalecimento das Escolas), Emílio Marques.

O ministro falará sobre o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O Fundef está no centro de uma polêmica envolvendo a aplicação de recursos, mas, segundo o MEC, foi responsável pelo aumento dos salários dos professores.

Paulo Renato tratará também da política do governo para a radiodifusão voltada exclusivamente a fins educativos. Marques deverá expor os resultados do levantamento em torno da distribuição das escolas nas regiões Centro-Oeste e Norte.



José Jorge deu parecer favorável a acordo firmado com a Colômbia contra produção de drogas



José Sarney preside a comissão, que analisará textos nas áreas de comércio exterior e energia

Comissão de Relações Exteriores examina hoje 13 acordos

A pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) prevê para hoje o exame de 13 projetos de decreto legislativo que aprovam acordos internacionais firmados pelo Brasil, nas áreas de comércio exterior, venda de armas, uso de energia nuclear, pesquisa científica e tráfico de drogas, entre outros. Um dos projetos, relatado favoravelmente pelo senador José Jorge (PFL-PE), trata de acordo do Brasil com a Colômbia para impedir o uso ilegal de substâncias químicas essenciais

para o processamento de entorpecentes.

A comissão, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), vota requerimento proposto pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) sustentando a apreciação do texto do acordo comercial celebrado entre o Brasil e a Indonésia. A senadora defende que a votação da matéria não aconteça "até que os conflitos envolvendo a Indonésia sejam melhor esclarecidos".

TV Senado apresenta novo método francês de saúde

Exercícios simples, que podem ser adaptados à realidade de cada pessoa: assim é o *Be One - Um Programa de Viver*, técnica desenvolvida pelo médico Jean Claude Obry. Esse é o tema da entrevista do médico francês à TV Senado, que vai ao ar hoje, às



8h30 e às 20h30.

O médico explica que "não é uma questão teológica, mística, mas, sim, uma questão de bom senso". E destaca que foi a sua busca da qualidade de vida desejada que o impulsionou a desenvolver a técnica.

Ney Suassuna presidirá a reunião da CAE que analisará empréstimo da União ao Piauí



João Alberto pede reflexão sobre violência contra criança

A importância do Dia Mundial Contra a Agressão Infantil, que se comemorou na sexta-feira, foi destacada pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA), ao pedir uma reflexão sobre a realidade da violência contra as crianças e os adolescentes.

O senador destacou dados levantados pela Organização Mundial de Saúde em 19 países, e divulgados no mês de abril, revelando que 40 milhões de menores de até 14 anos são vítimas de agressão praticada por pais ou responsáveis. Os estudos da OMS somam ao espancamento propriamente dito a negligência dos pais, que causa o abandono dos menores.

No Brasil, segundo o senador, a situação também é grave. Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Associação Brasileira de Psicanálise revelam um quadro de maus-tratos e abuso sexual, muitos ligados à violência doméstica. João Alberto disse ainda que a violência atinge toda a sociedade, pois crianças pobres e ricas sofrem com as agressões.

A sociedade e a família violentas geram cifras de violência contra menores, conforme destacou o senador, lembrando que essas crianças tornam-se adultos agressivos. O autoritarismo de pais severos e a negligência, observou João Alberto, refletem-se no comportamento dos filhos.

– Gritos, tapas e castigos têm efeito direto no aumento da agressividade da criança. Pesquisas no campo da psicanálise levam à conclusão de que, quanto mais agressivos forem os pais, mais violenta será a criança – ressaltou o senador.



João Alberto faz ligação entre agressividade dos pais e a violência das crianças



A CPI dos Bancos analisará casos como o de uma empresa de factoring que enviou R\$ 1 bilhão para fora do país

Jader admite novas regras sobre remessas ao exterior

Autor do requerimento de criação da comissão prevê que ela poderá propor mudanças nos critérios para as contas CC-5 do Banco Central

O senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB no Senado e autor do requerimento de criação da CPI do Sistema Financeiro, admitiu ontem, em entrevista à imprensa, que a comissão de inquérito deverá propor mudanças nos critérios para remessa de dinheiro para o exterior pelas chamadas contas CC-5 do Banco Central.

– Não acredito que seja o caso de se acabar com as CC-5, mas deve haver alguma alteração para permitir ao governo maior controle nessas remessas de divisas. Como é que apenas uma empresa de factoring remete R\$ 1 bilhão para o exterior e ninguém pergunta nada, nem a origem do dinheiro? – questionou Jader.

Em seu depoimento à CPI, na última quarta-feira, o procurador da República Celso Antônio Três, que investigou as CC-5, afirmou que, dos mais de R\$ 100 bilhões envia-



dos ao exterior nos últimos sete anos, pelo menos a metade pode ter origem ilícita – contrabando, tráfico de drogas, caixa dois de empresas. O procurador disse ainda aos senadores que o Banco Central foi omissivo na fiscalização do envio desse dinheiro para o exterior.

Jader Barbalho acha que o Banco Central deve, no mínimo, mudar sua posição e ficar atento às remessas de maior valor para outros países, pelas CC-5. “Primeiro, vamos ouvir o outro lado sobre essa história. Vamos ouvir o que têm a dizer as autoridades do governo e aí pensaremos no que fazer.”

O líder peemedebista considerou “interessante” a proposta do senador Roberto Requião (PMDB-

PR) de se centralizar no Banco do Brasil todas as operações com as CC-5, um caminho para, no mínimo, reduzir as fraudes.

Sobre a decisão do ministro Celso de Mello, do STF, de que CPI não pode pedir de forma vaga busca e apreensão em residência de suspeito, Jader Barbalho disse que pretende ler detalhadamente a manifestação do ministro antes de qualquer opinião. Questionado por jornalistas, no

“Deve haver alguma alteração para permitir ao governo maior controle nessas remessas”

entanto, afirmou que o ministro do STF se baseou na Constituição e, se for o caso, caberá ao próprio Congresso mudar a Carta para que as CPIs possam trabalhar melhor em suas investigações. “A CPI vai examinar a manifestação do ministro Celso de Mello para ver se cometeu algum equívoco”, acrescentou.

Líder quer evitar apuração restrita a Estevão

O presidente nacional do PMDB e líder do partido no Senado, Jader Barbalho (PA), afirmou ontem, em entrevista à imprensa, que, se for para apurar por que o então deputado distrital Luiz Estevão pediu mais verbas do Orçamento da União para as

obras do TRT de São Paulo, “deve-se apurar todo mundo que esteve tratando do assunto”. Conforme notícias publicadas pela imprensa nos últimos dias, a quebra de sigilo telefônico do juiz Nicolau dos Santos, que comandou as obras do TRT-SP, nas quais se constatou

superfaturamento, mostrou que o juiz telefonou para empresas do senador Luiz Estevão. Ainda conforme os jornais, Luiz Estevão pediu a um sub-relator do orçamento da União, no ano passado, que aumentasse as verbas para as obras da sede do tribunal paulista.

Quebra de bancos será tema da comissão

“Por que ainda há quebra de bancos depois que o governo gastou mais de R\$ 20 bilhões no Proer?” Essa é a principal questão que a CPI do Sistema Financeiro tentará responder nos próximos dias, na opinião do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), manifestada ontem em entrevista à imprensa.

– Nos dias em que propus a CPI do Sistema Financeiro, quatro bancos haviam quebrado ou sofrido intervenção. O que ainda justifica tanta fragilidade no sistema financeiro? – acrescentou.

Ao comentar o primeiro depoimento que a CPI tomará nas investigações sobre o Proer, Jader Barbalho afirmou que os senadores “querem saber a versão não-oficial” do caso Bamerindus, que foi comprado pelo HSBC. Para isso, será ouvido amanhã o ex-dono do Bamerindus, o ex-senador José Eduardo Andrade Vieira. Na quinta-feira, será a vez do presidente do HSBC, Michael Francis Geoghegan.

Conforme dados do Banco Central, exatamente R\$ 20,3 bilhões do Proer foram usados em oito bancos. Só a “operação Bamerindus” exigiu do Banco Central R\$ 2,94 bilhões, entre março e maio de 1997. A CPI decidiu ouvir, além de Andrade Vieira e Michael Geoghegan, outros sete dirigentes de instituições bancárias que foram liquidadas ou tiveram seus ativos assumidos no âmbito do Proer. Foram ainda convocados seis proprietários de bancos que compraram outras instituições financeiras sob o amparo do Proer.



Jader Barbalho questiona a fragilidade do sistema financeiro mesmo após o Proer

Simon critica decisão do STF que impede busca e apreensão de documentos

A decisão do Supremo Tribunal Federal concedendo mandado de segurança preventivo para uma das pessoas que tiveram ordem de busca e apreensão na residência determinada pela CPI dos Bancos foi criticada ontem pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Segundo ele, é da tradição das CPIs o poder de quebrar sigilos e apreender documentos quando isso for considerado necessário às investigações. "Proibir agora que a gente possa abrir as contas, eu não entendo. É um direito que nós temos", afirmou o senador.

Pedro Simon explicou que a sociedade sempre espera resultados de uma CPI, que alguém seja punido, mas que essa não é a atribuição de uma CPI e sim da Procuradoria Geral da República – à qual cabe denunciar aqueles que praticaram irregularidades – e da Justiça, a quem compete condená-los.

O senador afirmou que isso tem gerado a tese de que CPI sempre acaba em pizza. "Não aconteceu nada? Vão perguntar ao procurador-geral da República e ao Supremo Tribunal Federal", sugeriu o senador. Segundo Simon, o procurador e a Justiça podem discordar, denunciar ou até mesmo arquivar as decisões de uma CPI, "só não pode deixar na gaveta ou colocar no fim da fila de processos. Tem que apurar e julgar imediatamente".

Simon disse que as CPIs têm sido, nos últimos 10 anos, a instituição mais eficiente dos três Poderes e o Judiciário deveria contar com tantos poderes quanto o Legislativo. Para o senador, é preciso dar maior agilidade ao processo judicial, pois o principal problema da Justiça está

justamente na fase processual. No Brasil, lembrou ele, o inquérito policial não vale como prova na Justiça, ao contrário dos Estados Unidos, onde a polícia trabalha em conjunto com o promotor e a Justiça.

O senador lembrou ainda que projetos de lei estão tramitando no Senado e na Câmara dos Deputados visando ao aperfeiçoamento do Poder Judiciário, citando o que cria o efeito vinculante e o que dá prioridade absoluta às decisões de CPIs. Para Simon, o efeito vinculante deveria ter aprovação de 2/3 ou mais do STF e ainda passar pelo Senado para aprovação final, para determinar a cessação de qualquer debate jurídico no país.

Outro projeto defendido pelo senador é o que cria o voto de desconfiança para ocupantes de cargos com mandato determinado, como presidentes e diretores do Banco Central, procurador-geral da República e outros.

Tebet faz reconhecimento a senador

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse, em aparte, que recebeu a ajuda de Simon no projeto de lei que determina a prioridade absoluta na Justiça para as decisões de CPIs, o que resultou num substitutivo mais aperfeiçoado. "Com ele, tenho a certeza de que nada mais vai dar em pizza nesse país", afirmou Tebet.



Caberá ao plenário da comissão decidir se será solicitada à CPI do Sistema Financeiro a lista dos brasileiros que remeteram recursos para o exterior pelas contas CC-5

Investigação sobre contas CC-5 ajudará CPI do Judiciário

Segundo Ramez Tebet, relação permitirá saber se juízes acusados de irregularidades também fizeram remessas para o exterior

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que está investigando denúncias no âmbito do Poder Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), poderá pedir cópia da lista das contas CC-5 à CPI do Sistema Financeiro. A decisão caberá ao plenário da comissão. Tebet quer apurar se juízes ou empresários suspeitos de terem cometido irregularidades nos tribunais regionais do Trabalho (TRTs) de São Paulo e da Paraíba estão envolvidos com lavagem de dinheiro ou remessas de recursos de origem duvidosa para o exterior.

Na opinião de Tebet, é necessário apurar se os envolvidos em irregularidades que tiveram o sigilo bancário quebrado pela CPI do Judiciário usaram as contas CC-5, destinadas à remessa de dinheiro para o exterior por pessoas não

residentes no país. Como essa relação já foi requisitada pela CPI do Sistema Financeiro, o senador sugeriu que "uma CPI ajude a outra" no trabalho de investigação.

A suposta omissão do Banco Central na fiscalização das contas CC-5 foi denunciada à CPI dos Bancos pelo procurador da República Celso Antônio Três. Ele constatou que, apesar de apenas não residentes no Brasil poderem enviar dinheiro para o exterior por esse tipo de conta, elas eram usadas indevidamente.

Ramez Tebet também manifestou preocupação com a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal (STF) conceder ao ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho

de São Paulo Nicolau dos Santos Neto uma liminar semelhante à que foi dada ao advogado Luiz Carlos Baretto Júnior, da empresa Teletrust Recebíveis S/A, que lançou debêntures do Banco Marka.

– Acho que o Poder Judiciário não deve impedir o trabalho das

CPIs. Torço para que o Supremo deixe a CPI do Judiciário avançar. Nunca determinamos busca e apreensão de nada e nossos pedidos de quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal sempre foram realizados com fundamentação, respeitando as prerrogativas dos juízes. Os pedidos são necessários para a apuração e não acreditamos que o Supremo vá emperrá-los – opinou Ramez Tebet.



Ex-auditor do BC depõe sobre fraudes encontradas no Consórcio Itapemirim

O ex-auditor do Banco Central Antônio José Heitor será o depoente de hoje, a partir das 17 horas, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que está apurando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário. O assunto do depoimento será o caso do menor Luiz Gustavo Nominatto, herdeiro do Consórcio Nacional Itapemirim, cujo patrimônio teria sido dilapidado com a participação da Justiça.

Antônio José Heitor deporá sobre um relatório apresentado pelo Banco Central durante a liquidação do

consórcio, em 1992, e enviado à CPI pelo advogado Luiz Otávio Amaral, indicando que houve fraudes na administração da empresa.

Prosseguindo a série de depoimentos, amanhã, também às 17 horas, a CPI vai ouvir João Bosco Sá Valente, procurador de Justiça do Amazonas. Ele falará sobre um esquema organizado para a venda de alvarás de soltura no seu estado. No dia seguinte, os juízes Moisés Szmer e Anna Britto da Rocha Acker, do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, deporão sobre irre-

gularidades apontadas naquele TRT quando a presidência do tribunal era exercida pelo juiz José Maria de Mello Porto.

Proposta pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a CPI do Judiciário, instalada no dia 8 de abril, já colheu o depoimento de 26 pessoas. Sob a presidência do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a comissão tem o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) como vice-presidente e o senador Paulo Souto (PFL-BA) como relator.



Simon lembrou que as Comissões Parlamentares de Inquérito podem apurar irregularidades, mas não condenar os acusados

Alcântara quer limitar uso de dados pessoais

Projeto apresentado pelo senador, que aguarda inclusão na pauta da CCJ, condiciona à autorização expressa do titular utilização de informações ligadas a suas opiniões políticas e religiosas, à sua saúde física e mental e à sua vida sexual

Aguarda inclusão na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que define normas de funcionamento para bancos de dados e disciplina o uso processual do *habeas data*. A matéria tramita em caráter terminativo, ou seja, a aprovação pela comissão é considerada aprovação pelo Senado, salvo se for interposto recurso por um décimo dos senadores. O projeto já tem parecer do relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), porém ainda não divulgado.

Na justificativa, Alcântara lembra que 14 países europeus já têm legislação para a proteção de dados pessoais. A primeira surgiu em 1970, na Alemanha. Outros seis países da Europa discutem sua implantação.

O senador argumenta que a tecnologia tornou possível a acumula-



Alcântara teme que as informações contidas nos bancos de dados coloquem em risco o direito ao sigilo

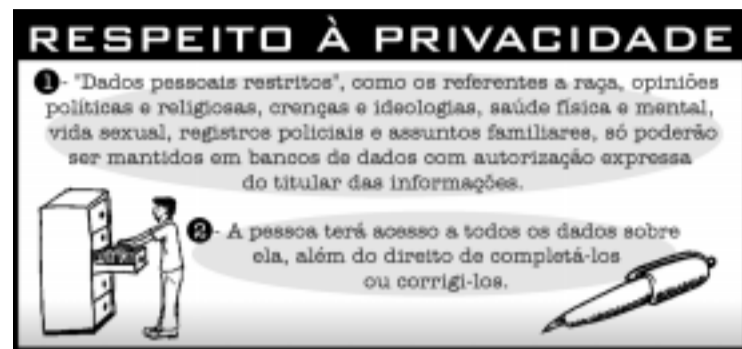
ção de informações em bancos de dados que abrem "perspectivas fantásticas de democratização da informação e racionalização das relações entre cidadãos e o Estado".

Por outro lado, Lúcio Alcântara teme que isso coloque em risco o

direito ao sigilo, em relação a terceiros, dos dados pessoais informatizados. O projeto condiciona a utilização de "dados pessoais restritos" – os que se referem a raça, opiniões políticas e religiosas, crenças e ideologias, saúde física e mental, vida sexual, registros policiais e assuntos familiares – à autorização expressa do titular dos dados.

A proposição garante que uma pessoa tenha acesso a todos os dados sobre ela, além do direito de completá-los ou corrigi-los. No caso da recusa do proprietário do banco de dados em fornecer as informações, ou não querer corrigi-las, o titular dos dados pode utilizar o *habeas data*, instrumento pelo qual poderá ter acesso às informações e até alterá-las, se necessário.

O dono do banco de dados terá 10 dias para se pronunciar, após



tomar conhecimento, pelo juiz, da impetração do *habeas data*. A partir daí, o Ministério Público tem cinco dias para se pronunciar. O prazo sumário termina em mais cinco dias, quando deve ser proferida a decisão do juiz.

Lúcio Alcântara estipulou um prazo de 180 dias para que o Poder Executivo regule a lei, a partir de sua publicação. Na regulamentação deverão constar normas de fiscalização de proprietá-

rios de bancos de dados, sanções administrativas cabíveis e a criação de um cadastro nacional de proprietários, gestores e usuários de bancos de dados, disponível para o público em geral.

O autor do projeto destaca como uma de suas principais inovações a obrigatoriedade da identificação, em qualquer documento, do banco de dados de onde foram retiradas informações, assim como do usuário que as obteve.

Projeto de Luiz Estevão cria batalhão universitário no DF

Projeto apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF) cria um Batalhão Universitário da Polícia Militar do Distrito Federal, com a responsabilidade de manter a ordem pública nas instituições de ensino superior da capital da República. A proposição determina que o batalhão terá trei-



Luiz Estevão propõe maior proteção aos que estudam à noite

namento especializado, de modo a prepará-lo para lidar com a comunidade universitária.

Estevão esclarece na justificativa que essa proposta reproduz projeto de lei de autoria do deputado Alberto Fraga, e objetiva agilizar a tramitação da matéria. O senador cita argumen-

tos do deputado, segundo o qual "vem ocorrendo no Distrito Federal uma onda crescente de crimes próximo às instituições de ensino superior, deixando intranquios alunos, professores e familiares".

– Aduz ainda o eminente deputado que "geralmente, a ação criminosa é praticada contra es-

tudantes, que ao saírem da faculdade, via de regra à noite, são surpreendidos por marginais com sórdidas intenções – acrescenta o senador.

A matéria foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

Jefferson pretende obrigar governo a divulgar andamento de licitações

Toda a administração pública federal poderá ser obrigada a manter na Internet dados atualizados sobre o andamento dos processos de licitação, de acordo com projeto de



Jefferson prevê maior controle das ações governamentais

lei do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo.

De acordo com a proposta de Jefferson, além da descrição da fase processual, os registros deverão informar sobre o estado dos eventua-

ais recursos, tanto administrativos como judiciais, que interessem ao processo de licitação. A matéria estabelece que a defasagem entre o conteúdo dos dados e os fatos por eles descritos será de, no máximo, três dias úteis.

O senador lembra, ao justificar sua proposição, que a informação sobre a administração pública permite o exercício do controle das ações governamentais pela sociedade.

– O aperfeiçoamento e a consolidação do processo democrático exigem que a sociedade de-

tenha amplas possibilidades de fiscalizar e controlar a eficiência e a eficácia das ações e dos gastos públicos, assim como acesso às informações que lhe permitam avaliar os resultados sociais alcançados – afirmou.

A Internet, observou Jefferson, possibilita amplo acesso à informação e pode contribuir para que a sociedade acompanhe a utilização dos recursos públicos e evite a sua malversação. O projeto tem como relator o senador Roberto Freire (PPS-PE), que está elaborando parecer sobre a matéria.



Carlos Bezerra defende conclusão de sistemas de vigilância da Amazônia

O Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia) e o Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) representam a possibilidade de as autoridades governamentais, de fato, gerirem a resolução dos problemas naquela região, afirmou o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), ao considerar que a conclusão de ambos os sistemas é um imperativo para um efetivo planejamento de políticas

públicas para aquela região.

– Sabemos que a Amazônia precisa ser olhada, cuidada e amparada com o máximo de atenção. O Mato Grosso, como parte da Amazônia Legal, tem extremo interesse em participar de todas as ações que digam respeito ao bom gerenciamento do território, dos recursos naturais e da assistência às pessoas. Por isso, vemos com bons olhos a criação e a entrada em operação do

Sistema de Proteção da Amazônia – disse o senador.

Carlos Bezerra ressaltou que o Sipam, que deverá estar pronto até o final de 2002, é um projeto de grande dimensão estratégica, concebido em prol de uma área vital para o futuro do país, com o objetivo de tornar viável o desenvolvimento sustentável da Amazônia, tendo como principal instrumento de operação o Sivam.

O senador informou que em Mato Grosso serão instaladas estações meteorológicas de superfície do Sivam em Aripuanã, Barra do Garças, Canarana e Juína. Deverão ser instaladas, também, três unidades de vigilância fixa ou de vigilância transportável, com radar de vigilância aérea, equipamentos de telecomunicações e um radar meteorológico em Sinop, Porto Espiridião e São Félix do Araguaia.



Carlos Bezerra pede o "máximo de atenção" para a região amazônica

Além disso, para conectarem-se com o sistema, 56 prefeituras receberão equipamentos como microcomputadores, aparelhos de fax e de comunicação com satélite, acrescentou o senador. Também as unidades de órgãos federais no estado, como a Polícia Federal e a Receita Federal, receberão os mesmos equipamentos, informou.

Biotechnology é tema de seminário

No encontro, que será realizado de hoje a quinta-feira, serão discutidas formas de evitar que os avanços nessa área comprometam a saúde e o meio ambiente

O Senado realiza a partir de hoje, no Auditório Petrônio Portella, o seminário sobre Clonagem e Transgênicos. O objetivo do encontro é discutir os impactos dos recentes avanços em biotecnologia.

O seminário vai até quinta-feira, quando o tema também será debatido nas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), que, em sessão conjunta, promovem audiência pública com a participação dos ministros da Ciência e Tecnologia, Luiz Carlos Bresser Pereira; da Agricultura, Francisco Turra; e do Meio Ambiente, Sarney Filho.

O seminário é coordenado pelo

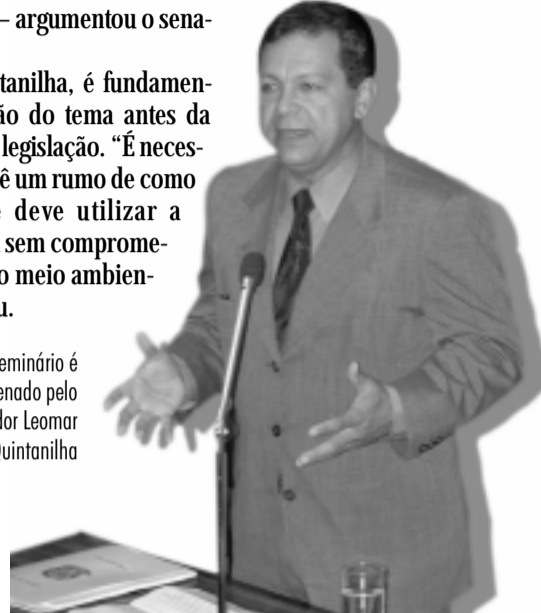
senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que defendeu ontem, em discurso no plenário, um amplo debate nacional sobre a clonagem e o uso de produtos transgênicos, com a participação da sociedade científica e de representantes do setor agrícola e industrial.

— A idéia é trazer para o Congresso Nacional, o foro legítimo para a discussão dos assuntos de interesse do povo, temas que já são discutidos há muito tempo em vários outros países. Devemos trazer o pensamento da comunidade científica que tem realizado avanços nesta área, antes de aprovar o projeto que vai balizar a clonagem de seres vivos e o uso dos produtos

transgênicos — argumentou o senador.

Para Quintanilha, é fundamental a discussão do tema antes da aprovação da legislação. “É necessário que se dê um rumo de como a sociedade deve utilizar a biotecnologia sem comprometer a saúde e o meio ambiente”, comentou.

O seminário é coordenado pelo senador Leomar Quintanilha



Osmar Dias prega discussão desapassionada e responsável do assunto

“Não podemos tratar desse assunto nem de forma irresponsável nem de forma apaixonada”, afirmou ontem o senador Osmar Dias (PSDB-PR), referindo-se ao debate em torno dos transgênicos. Em sua opinião, o governo agiu com responsabilidade ao registrar as cinco primeiras variedades de soja transgênica, mas muitas pessoas estão discutindo o assunto sem conhecê-lo tecnicamente.

Sob o ponto de vista da saúde humana, o parlamentar considerou fundamental que se façam quatro perguntas a respeito do vegetal geneticamente modificado: primeiro, se causa dano à saúde do consumidor; segundo, se causa dano ao meio ambiente; terceiro,

se causa erosão genética; e quarto, se interessa ao Brasil a implantação de variedades transgênicas.

Osmar Dias afirmou que o tomate transgênico dura 40 dias e são muitos os seus benefícios. Também explicou que as perdas de alimentos por deterioração podem ser drasticamente reduzidas quando são modificados geneticamente. Em sua opinião, o assunto não pode ser discutido no campo ide-

ológico e requer a leitura de artigos técnicos para saber o que está acontecendo no mundo.

— Quando se fala em transgênico, parece que estamos falando num monstro que vai destruir o mundo — observou o parlamentar.

Para ele, os transgênicos desafiam o grande dilema desse fim de século, que é a fome. Argumentou que o mundo não pode ignorar a imensa faixa da população que ainda se encontra afastada do mercado consumidor. E afirmou que esse é um assunto nacional, que não pode ser decidido pelos estados. Também alertou: “Não podemos discutir os transgênicos como se todos fossem uma coisa só”.

O senador afirmou que não é honesto divulgar dados não devidamente comprovados pela ciência. “Dizer que o pólen de uma variedade de milho transgênico matou borboletas ainda é um resultado de pesquisa não comprovado”.

Esses testes ainda não chegaram ao final. Marina Silva (PT-AC) o apartou para dizer que, no Brasil, antes de responder às quatro perguntas que Osmar considera essenciais, já se aceita o cultivo dos transgênicos.

Marina defende moratória para transgênicos

Ao registrar a passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho, a senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu a proposta de moratória de cinco anos na liberação do cultivo dos produtos geneticamente modificados. Um projeto apresentado pela senadora estipula este prazo para que os cientistas possam chegar a uma conclusão sobre se os transgênicos causam mal à saúde dos seres humanos ou interferem no meio ambiente.

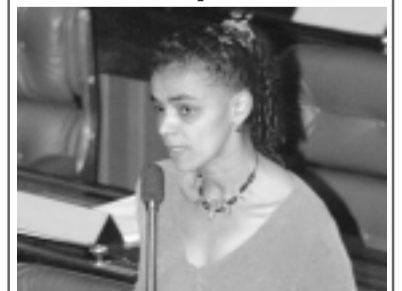
Ela lamentou a pressa do Ministério da Agricultura em liberar o cultivo de soja geneticamente modificada em sete estados brasileiros, dizendo que os debates que vêm sendo realizados entre os cientistas, principalmente os da Europa e do Japão, apontam a possibilidade de riscos à vida e à ecologia.

Marina opinou que o debate sobre a questão não está sendo leal, sobretudo quando os defensores da liberação imediata do plantio dos produtos transgênicos afirmam que a proposta de moratória tem como objetivo engessar a pesquisa e levar o país ao atraso no setor. Ela argumentou que, ao contrário, a proposta permitiria à comunidade científica do país emitir seu parecer sobre o assunto.

Citando testes realizados nos Estados Unidos, Marina diz que os cientistas concluíram que, no caso do milho geneticamente modificado, o pólen está matando as borboletas. Ela teme que os produtos transgênicos possam alterar a fauna, a flora e outros aspectos ainda desconhecidos.

— Espero que a pressa e o interesse dos que defendem a liberação dos transgênicos não prejudiquem o debate no Congresso. Como nesse caso os danos podem ser irreversíveis, seria muito perigoso se não houver uma discussão profunda do assunto — afirmou.

Em aparte, o senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) defendeu a liberação imediata dos produtos transgênicos. Ele disse que, nos Estados Unidos, 52% da plantação de soja é feita com sementes modificadas. “Proibindo esse tipo de semente, o Brasil corre o risco de sofrer na agricultura o atraso que houve no setor de informática, com a reserva de mercado”, comparou.



Marina alerta: produtos não podem ser liberados antes de os seus riscos serem cuidadosamente avaliados

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — Especial Unip — Assunto: Linguagem Musical — 2ª parte
6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia — Atividade: Tênis
7h30 — Especial Unip — Assunto: Linguagem Musical — 2ª parte
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h30 — Entrevista com o médico Jean Claude Obry
8h55 — Senado em Pauta
9h — Mulheres em Destaque — Reapresentação do programa com a senadora Marluce Pinto
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
12h30 — Entrevista com o médico Jean Claude Obry
13h — Cores do Brasil — Em destaque: Sergipe
13h30 — Mulheres em Destaque — Reapresentação do programa com a senadora Marluce Pinto
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após, assista à CPI do Judiciário
20h30 — Entrevista com o médico Jean Claude Obry

21h — Jornal do Senado

21h15 — Mulheres em Destaque — Reapresentação do programa com a senadora Marluce Pinto
21h55 — Senado em Pauta
22h — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — “A voz do Brasil”
Em seguida — Música e informação
20h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Nordeste”
Em seguida — Música e informação.
21h — “Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste”
Em seguida — Música e informação
21h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste”
Em seguida — Música e informação
00h — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0,FD 1,17,1,7

Tebet elogia proteção de rios na fronteira com o Paraguai

Para senador, acordo assinado entre os dois países preserva a natureza e o sustento econômico das populações ribeirinhas

Desde o dia 20 de maio, o Brasil e o Paraguai têm legislação comum destinada a proteger a pesca predatória os rios localizados na fronteira entre os dois países. A assinatura do acordo bilateral foi citada como um fato altamente promissor para a preservação do meio ambiente pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), em discurso feito ontem no plenário.

Segundo o senador, o estabelecimento das novas normas aconteceu dois anos depois de intensa mobilização da população de Porto Murтинho, em Mato Grosso do Sul, e de gestões que ele próprio fez junto ao Ministério das Relações Exteriores.

– Estão proibidas agora as redes, tarrafas, explosivos e outros equipamentos danosos. Esta é mais uma vitória da diplomacia



Ramez Tebet aponta resultados de mobilização em Mato Grosso do Sul

brasileira – destacou.

Em consequência do acordo, ficam protegidos a natureza e o sustento econômico das popula-

ções ribeirinhas, dependentes de pequenas quantidades de pescado, assegurando-se condições mínimas de sobrevivência para os índios paraguaios, afirmou Tebet. Ele lembrou que a nova legislação ajudará também a indústria do turismo, já que os potenciais visitantes se sentirão atraídos pela existência de cardumes capazes de viabilizar a pesca amadora.

O senador por Mato Grosso do Sul referiu-se por fim à reinauguração recente das instalações portuárias de Porto Murтинho, às margens do rio Paraguai, pelo ministro dos Transportes, Eliseu Padilha. Conforme Ramez Tebet, a navegação naquela área está sendo feita de forma ecologicamente correta, inclusive com o uso de embarcações apropriadas.

Luiz Otávio defende hidrovias como "caminhos naturais" da Amazônia

Em oposição ao que chamou de "histeria" das organizações não-governamentais (ONGs), o senador Luiz Otávio (PPB-PA) afirmou ontem que as hidrovias que serão implantadas na região Norte constituem caminhos naturais de integração dos amazônidas ao mercado nacional e internacional. Ele se referiu às hidrovias Araguaia/Tocantins, em fase de elaboração do projeto e levantamento financeiro, e à do Capim, que conectará o arquipélago de Marajó a Macapá (AP) e dará acesso ao oceano Pacífico.

Esta última hidrovia também permitirá o plantio de soja em áreas com terras degradadas, cuja produção poderá ser escoada para o mercado internacional, disse. O senador considerou como indicativo de que as hidrovias são caminhos naturais o fato de que a região conta com cerca de 100 mil embarcações, 60% delas regularizadas.

Luiz Otávio também registrou a assinatura de convênio, no

município de Tefé, para a construção de um centro de pesquisas sobre a Amazônia. O evento contou com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso, do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, do governador do Amazonas, Amazonino Mendes, e do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Segundo Luiz Otávio, o Ministério do Meio Ambiente tem-se caracterizado "por ouvir as ONGs", mas não só estas têm o que dizer relativamente à Amazônia.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que em seu estado, com relação à navegação do rio Paraguai, ocorrem resistências semelhantes. "Mas estamos dispostos a adotar a filosofia de adaptar as embarcações de modo que elas não agredam o meio ambiente", explicou. Marina Silva (PT-AC), por sua vez, concordou que "a Amazônia não é um santuário", e referiu-se à administração petista de seu estado, que realizou o zoneamento ecológico-econômico para "explorar a floresta com



Luiz Otávio lembra que a região conta com cerca de 100 mil embarcações

sabedoria". Dados estatísticos comprovariam, a seu ver, que até hoje a exploração da Amazônia nada teve de sábia: em 30 anos, a devastação de 532 mil quilômetros quadrados de florestas, correspondentes à área da França, resultou num retorno econômico equivalente a apenas três anos do PIB francês.

Lobão propõe vincular seguro ao crédito rural

Instituído em 1966, o seguro rural praticamente deixou de ser oferecido pelas instituições financeiras nacionais desde 1995. Para mudar essa situação, o senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou projeto de lei complementar que regulamenta o artigo 192 da Constituição, de modo a viabilizar a oferta de seguros para produtores rurais. Ele propõe que o seguro seja vinculado automaticamente a operações de crédito agrícola.

– Embora a legislação atual permita às empresas brasileiras operarem com o seguro agrícola, tal não ocorre, exceção feita ao seguro agrícola em São Paulo. Isso decorre das próprias características do seguro agrícola, como a pouca lucratividade e o alto risco envolvido – justificou Lobão. A proposta está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aguardando parecer do senador José Alencar (PMDB-MG).

A opção de vincular o seguro ao crédito rural, segundo o senador, garante a universalização da operação e proporciona taxas mais acessíveis ao agricultor e viabilidade econômica à companhia seguradora. Para Lobão, essa seria uma alternativa ao subsídio governamental e evitaria aportes de recursos orçamentários.



Projeto de Lobão regulamenta a Constituição para viabilizar seguro ao produtor

Assim, o senador incluiu em seu projeto uma pequena percentagem do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre os seguros realizados, que seriam geridos por um fundo administrado pelas seguradoras.

O seguro rural foi criado para cobrir prejuízos decorrentes de acidentes que atinjam as safras, além de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam as plantações, e é reconhecido tanto pela Lei Agrícola quanto pela Constituição como de caráter eminentemente social. Como garantia do seguro agrícola, a lei de 1966 prevê o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, constituído pelos lucros excedentes dos operadores, o valor dos seguros realizados por órgãos públicos e recursos orçamentários.

Projeto de Arlindo Porto cria fundo de estabilidade

Projeto apresentado pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG) proporciona amparo legal à destinação de recursos, via Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), para compor um fundo de estabilidade capaz de garantir a longo prazo a sobrevivência das entidades de seguro privado que decidam atuar com a carteira de seguro agrícola.

Em sua justificativa, o senador diz que, apesar de o seguro ser um dos mais modernos instrumentos de política agrícola, não é praticado pelas seguradoras brasileiras, com exceção da Companhia de Seguros de São Paulo, que atua neste ramo desde 1971, mas que, segundo o senador, "encontra dificuldades em sua sobrevivência".

– A razão da dificuldade está na característica do seguro agrícola, frequentemente deficitário e que exige cálculos mais complexos para sua determinação de risco – explica.

Como uma região inteira pode ser afetada por perdas generalizadas e,



Arlindo Porto aponta seguro como "um dos mais modernos instrumentos de política agrícola"

quando isso ocorre, os valores das taxas anteriormente pagas pelos produtores e as reservas das seguradoras podem ser insuficientes para cobrir o prejuízo, o senador propõe a criação de um fundo de estabilidade. Ele sugere, ainda, a instituição de uma fiscalização rigorosa.

A disseminação do seguro agrícola, entende Arlindo, favorecerá os investimentos na agricultura. O projeto aguarda emendas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).